RESUMO SIMPLES - CBIO - CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

A ESCOLA PÚBLICA EM DISPUTA: QUANTO VALE A EDUCAÇÃO?

Samira Soares Nunes (samira.nunes1908@gmail.com)

Ana Luisa Matos Resende (ana.1398193@discente.uemg.br)

Hellen Jéssica Neves Queiroz (hellen.queiroz@educacao.mg.gov.br)

Maria José Reis Da Rocha (maria.rocha@uemg.br)

Quanto vale a educação? Esta é uma pergunta recorrente na vida de professores da escola pública, com a desvalorização dos profissionais cada vez mais latente, subalternização das instituições e qualidade do ensino. Em tempos de disputas políticas nas esferas de poder, fica escancarado o descaso com o ensino público e a falta de compromisso com a educação, que se reafirmam no cotidiano escolar e nas ameaças constantes de privatização. A luta em defesa da educação pública não é algo novo, ela ganhou força na década de 1980 e, desde então, conta com a resistência de docentes e discentes para continuar existindo e desempenhando seu papel na sociedade. Recentemente, uma escola pública da rede estadual de Minas Gerais, situada na Região Metropolitana de Belo Horizonte, sofreu embargos devido a uma possível necessidade de reforma estrutural. Por interesses conflitantes entre município e estado, e com a indisponibilidade de imóveis na cidade de Ibirité, o

resultado foi a realocação das atividades da escola para duas outras escolas estaduais próximas, sendo necessária a reorganização dos turnos que não caberiam em um mesmo local, então turnos manhã e tarde separados em duas escolas distintas, por questões de superlotação nessas outras instituições, entre outros vários transtornos provenientes dessa mudança. O presente resumo tem como objetivo dar visibilidade e denunciar o desmonte de uma instituição pública de ensino, detalhando o processo que levou à sua interdição e os desdobramentos posteriores. Inicialmente os estudantes tiveram suas aulas suspensas, por duas semanas, em virtude do fechamento da escola pelo órgão público municipal de Defesa Civil. Foram feitas reuniões com a comunidade escolar e algumas questões foram elucidadas e novas demandas surgiram a partir das incertezas e inseguranças percebidas pelos responsáveis dos estudantes. A logística que antes era simples teve que sofrer alterações como, por exemplo, os ônibus escolares foram disponibilizados aos alunos que antes iam caminhando para a escola. Algumas alterações necessárias não foram tão positivas, com as demandas divididas em dois prédios diferentes a direção e os professores ficaram sobrecarregados, sendo necessária a contratação de novos funcionários, o que não foi imediato e atrasou algumas demandas. Na cozinha a sobrecarga também é uma realidade, com o fim do turno da tarde e início do turno da noite da escola que já operava no local, professores perdem parte do terceiro horário, que começa às duas horas e quarenta e cinco minutos e sofre uma pausa para o intervalo que começa às três horas e retorna às três horas e quinze minutos enquanto a equipe da cozinha precisa organizar tudo rapidamente para que o turno da instituição acolhedora assuma o espaço. Esse processo de adaptação tem sido turbulento para toda comunidade escolar que nutre pela escola grande carinho e respeito. Para uma escola funcionar plenamente, é preciso que os trabalhadores e os estudantes sejam respeitados e tenham dignidade para exercerem seus papéis. A educação não pode ser vista como mercadoria, oferecer uma escola pública de qualidade é um direito fundamental de todos e todas.

Palavras-chave: educação pública; comunidade escolar; desmonte institucional.